



CONCURSO PÚBLICO - EDITAL N. 001/2019

CADERNO DE PROVAS

ENSINO SUPERIOR:
Procurador Jurídico

LEIA ANTES DE INICIAR A PROVA

1. Ao receber este caderno, confira se ele contém as **40 (quarenta)** questões objetivas, em nível de **Ensino Fundamental**, ordenadas de **1 a 40**, com alternativas de **A à D**.
2. Caso o **caderno esteja incompleto** ou tenha qualquer defeito, solicite ao aplicador de sala a sua substituição.
3. Durante a prova não poderá ser utilizado **nenhum material de consulta**.
4. Não se **comunique** com os outros candidatos e nem se **levante** sem autorização do Fiscal de Sala.
5. O cartão-resposta deverá ser preenchido, pelo (a) candidato (a) com caneta de **tinta preta fabricada em material transparente**, devendo cobrir inteiramente o espaço correspondente à alternativa escolhida. O cartão não poderá ser rasurado, dobrado ou amassado.
6. O (a) candidato (a) **DEVERÁ, IMPRETERIVELMENTE, ASSINAR SEU NOME** no cartão-resposta e será retirada a

impressão digital do candidato no cartão-resposta.

7. O tempo máximo de duração da prova é de **3 (Três) horas**, (com acréscimo de 30 minutos para cargos que farão Redação) incluindo o preenchimento do cartão resposta, contadas a partir da autorização dada pelo aplicador.
8. O candidato **só poderá entregar a prova objetiva e se retirar do local de provas** em definitivo **01(uma) hora** antes do horário previsto para o término destas, e, somente quando estiver faltando **30 (trinta) minutos** para o término poderá **levar consigo o caderno de provas**. O candidato que insistir em sair, descumprindo o aqui disposto, deverá assinar termo de ocorrência, declarando sua desistência do Concurso Público, o que será lavrado pelo coordenador do local, passando à condição de excluído do certame.
9. **Os 3 (três) últimos candidatos deverão permanecer na sala, até que todos concluem a prova e possam sair juntos, devendo assinar o envelope contendo os gabaritos.**
10. Após a entrega, o (a) mesmo (a) deverá **retirar-se da sala e do local de prova, não podendo mais ir ao banheiro.**
11. O não cumprimento de qualquer uma das instruções deste caderno poderá implicar na **anulação da sua prova.**
12. **BOA PROVA!**



LÍNGUA PORTUGUESA

1)

Leia o texto:

Alfândega

O que pude oferecer sem mácula foi
meu choro por beleza ou cansaço,
um dente extraído,
o preconceito favorável a todas as
formas
do barroco na música e o Rio de
Janeiro
que visitei uma vez e me deixou
suspensa.
'Não serve', disseram. E exigiram
a língua estrangeira que não aprendi,
o registro do meu diploma extraviado
no Ministério da Educação, mais taxa
sobre vaidade
nas formas aparente, inusitada e
capciosa — no que
estavam certos — porém dá-se que
inusitados e capciosos
foram seus modos de detectar
vaidades.
Todas as vezes que eu pedia
desculpas diziam:
'Faz-se de educado e humilde, por
presunção',
e oneravam os impostos, sendo que o
navio partiu
enquanto nos confundíamos.
Quando agarrei meu dente e minha
viagem ao Rio,
pronto a chorar de cansaço,
consumaram:
'Fica o bem de raiz pra pagar a fiança'.
Deixei meu dente.
Agora só tenho três reféns sem
mácula.

Percebemos que o poema narra sobre a viagem de uma cidadã brasileira ao Rio de Janeiro. Nesse sentido, como podemos justificar o título "Alfândega":

- a) Sempre foi necessário passar por uma alfândega para se chegar ao Rio de Janeiro.
- b) O poema utiliza a viagem para o Rio para tecer uma crítica às várias revistas que passamos em nosso dia a dia.
- c) O poema trata de uma entrevista de emprego, na qual são feitas tantas perguntas como em uma alfândega.
- d) O poema trata de uma pessoa que está sendo questionada devido as suas raízes e preconceitos ao chegar ao Rio de Janeiro.

2)

Leia o texto:

A partida – Conto de Osman Lins
Hoje, revendo minhas atitudes quando vim embora, reconheço que mudei bastante. Verifico também que estava aflito e que havia um fundo de mágoa ou desespero em minha impaciência. Eu queria deixar minha casa, minha avó e seus cuidados. Estava farto de chegar a horas certas, de ouvir reclamações; de ser vigiado, contemplado, querido. Sim, também a afeição de minha avó incomodava-me. Era quase palpável, quase como um objeto, uma túnica, um paletó justo que eu não pudesse despir.

Ela vivia a comprar-me remédios, a censurar minha falta de modos, a olhar-me, a repetir conselhos que eu já sabia de cor. Era boa demais, intoleravelmente boa e amorosa e justa.

Na véspera da viagem, enquanto eu a ajudava a arrumar as coisas na mala,



pensava que no dia seguinte estaria livre e imaginava o amplo mundo no qual iria desafogar-me: passeios, domingos sem missa, trabalho em vez de livros, mulheres nas praias, caras novas. Como tudo era fascinante! Que viesse logo. Que as horas corressem e eu me encontrasse imediatamente na posse de todos esses bens que me aguardavam. Que as horas voassem, voassem!

Percebi que minha avó não me olhava. A princípio, achei inexplicável ela fizesse isso, pois costumava fitar-me, longamente, com uma ternura que incomodava. Tive raiva do que me parecia um capricho e, como represália, fui para a cama.

Deixei a luz acesa. Sentia não sei que prazer em contar as vigas do teto, em olhar para a lâmpada. Desejava que nenhuma dessas coisas me afetasse e irritava-me por começar a entender que não conseguiria afastar-me delas sem emoção.

Minha avó fechara a mala e agora se movia, devagar, calada, fiel ao seu hábito de fazer arrumações tardias. A quietude da casa parecia triste e ficava mais nítida com os poucos ruídos aos quais me fixava: manso arrastar de chinelos, cuidadoso abrir e lento fechar de gavetas, o tique-taque do relógio, tilintar de talheres, de xícaras.

Por fim, ela veio ao meu quarto, curvou-se:

— Acordado?

Apanhou o lençol e ia cobrir-me (gostava disto, ainda hoje o faz quando a visito); mas

pretextei calor, beijei sua mão enrugada e, antes que ela saísse, dei-lhe as costas. Não consegui dormir. Continuava preso a outros rumores. E quando estes se esvaíam, indistintas imagens me apossavam. Edifícios imensos, opressivos, barulho de trens, luzes, tudo a afligir-me, persistente, desagradável — imagens de febre.

Sentei-me na cama, as têmporas batendo, o coração inchado, retendo uma alegria dolorosa, que mais parecia um anúncio de morte. As horas passavam, cantavam grilos, minha avó tossia e voltava-se no leito, as molas duras rangiam ao peso de seu corpo. A tosse passou, emudeceram as molas; ficaram só os grilos e os relógios. Deitei-me.

Passava de meia-noite quando a velha cama gemeu: minha avó levantava-se. Abriu de leve a porta de seu quarto, sempre de leve entrou no meu, veio chegando e ficou de pé junto a mim. Com que finalidade? — perguntava eu. Cobrir-me ainda? Repetir-me conselhos? Ouvi-a então soluçar e quase fui sacudido por um acesso de raiva. Ela estava olhando para mim e chorando como se eu fosse um cadáver — pensei. Mas eu não me parecia em nada com um morto, senão no estar deitado. Estava vivo, bem vivo, não ia morrer. Sentia-me a ponto de gritar. Que me deixasse em paz e fosse chorar longe, na sala, na cozinha, no quintal, mas longe de mim. Eu não estava morto.

Afinal, ela beijou-me a fronte e se afastou, abafando os soluços. Eu crispei as mãos nas grades de ferro da cama, sobre as quais apoiei a testa ardente. E adormeci.



Acordei pela madrugada. A princípio com tranquilidade, e logo com obstinação, quis novamente dormir. Inútil, o sono esgotara-se. Com precaução, acendi um fósforo: passava das três. Restavam-me, portanto, menos de duas horas, pois o trem chegaria às cinco. Veio-me então o desejo de não passar nem uma hora mais naquela casa. Partir, sem dizer nada, deixar quanto antes minhas cadeias de disciplina e de amor.

Com receio de fazer barulho, dirigi-me à cozinha, lavei o rosto, os dentes, pentei-me e, voltando ao meu quarto, vesti-me. Calcei os sapatos, sentei-me um instante à beira da cama. Minha avó continuava dormindo. Deveria fugir ou falar com ela? Ora, algumas palavras... Que me custava acordá-la, dizer-lhe adeus?

Ela estava encolhida, pequenina, envolta numa coberta escura. Toquei-lhe no ombro, ela se moveu, descobriu-se. Quis levantar-se e eu procurei detê-la. Não era preciso, eu tomara um café na estação. Esquecera de falar com um colega e, se fosse esperar, talvez não houvesse mais tempo. Ainda assim, levantou-se. Ralhava comigo por não tê-la despertado antes, acusava-se de ter dormido muito. Tentava sorrir.

Não sei por que motivo, retardei ainda a partida. Andei pela casa, cabisbaixo, à procura de objetos imaginários enquanto ela me seguia, abrigada em sua coberta. Eu sabia que desejava beijar-me, prender-se a mim, e à simples idéia desses gestos, estremeci. Como seria se, na hora do adeus, ela chorasse?

Enfim, beijei sua mão, bati-lhe de leve na cabeça. Creio mesmo que lhe surpreendi um gesto de aproximação, decerto na esperança de um abraço final. Esquivei-me, apanhei a maleta e, ao fazê-lo, lancei um rápido olhar para a mesa (cuidadosamente posta para dois, com a humilde louça dos grandes dias e a velha toalha branca, bordada, que só se usava em nossos aniversários.

Osman Lins

O texto acima, publicado em "Os Gestos", Editora Melhoramentos — São Paulo, 1975, consta também do livro "Os cem melhores contos brasileiros do século", seleção de Ítalo Moriconi, Editora Objetiva — Rio de Janeiro, 2000, pág. 190.

No texto acima, Osman Lins utiliza uma figura de linguagem de maneira recorrente para retratar a angústia do personagem durante sua relação com a avó. Qual é esta figura de linguagem?

- a) Gradação
- b) Hipérbole
- c) Aliteração
- d) Assonância

3)

Leia o texto:





Quadrinho 1: Me diga uma coisa... – O correto é “diga-me”.

Quadrinho 2: Tá, me desculpe... - O correto é “desculpe-me”.

Quadrinho 3: Dane-se! - Agora acertou.

A charge apresenta uma brincadeira com a colocação pronominal. Assinale a alternativa abaixo que apresenta um caso de próclise opcional:

- a) Hoje me ajudam a limpar tudo.
- b) Esta é a praça onde nos encontraremos amanhã.
- c) Alguns me escutaram, outros não.
- d) Espero não te chatear com minha conversa.

4) Assinale a frase com problemas no uso da concordância verbal:

- a) Roma ou Buenos Aires será a sede da próxima Olimpíada.
- b) Um e outro compareceram à festa.
- c) Drummond ou Bandeira representa a essência da poesia brasileira.
- d) Nem o professor nem o aluno acertaram a resposta.

5) Assinale a alternativa incorreta quanto ao uso do hífen:

- a) Microrganismos aeróbios necessitam de oxigênio para viver.
- b) Micro-organismos aeróbios necessitam de oxigênio para viver.
- c) Microorganismos aeróbios necessitam de oxigênio para viver.
- d) Meu micro-ondas não está funcionando.

CONHECIMENTOS GERAIS E ATUALIDADES

6) LEIA O TEXTO

“Em 1722, a chegada do primeiro Bandeirante à região onde hoje é Rio Quente, encontrando as fontes de águas termais, que inicialmente foi denominada Caldas Velhas, já encontraram índios da região, eram os Guaiás, da tribo Tupi. Esses índios já conheciam os poderes terapêuticos das águas quentes. Mas apenas em 1777, meio século depois após a primeira descoberta um paulista que estava na região procurando ouro e pedras preciosas, descobre, por acaso outro” local muito importante para a história do atual município de Caldas Novas, “Ele viu nas águas quentes um potencial de aproveitamento econômico e resolveu se fixar na região, solicitando ao Governo Central a concessão de uma sesmaria.” . . (adptado).

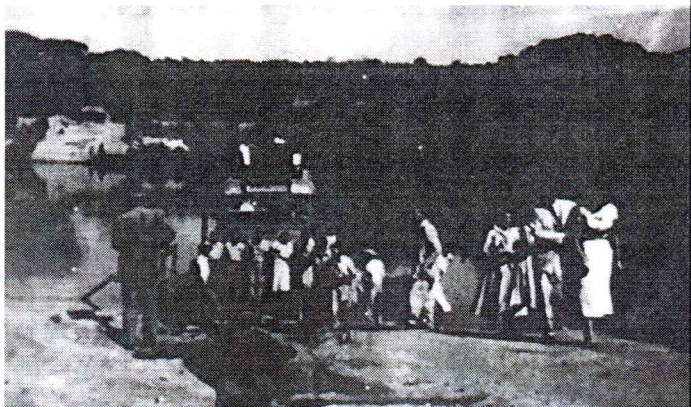
Albuquerque, C. Caldas Novas: Além das águas quentes. 1996.p.25-26

Qual o nome desse outro local e do garimpeiro paulista que o encontrou?

- a) O local é a Serra de Caldas e o garimpeiro é Bartolomeu Bueno da Silva
- b) O local é a Lagoa de Pirapitinga e o garimpeiro é Martinho Coelho de Siqueira.
- c) O local é onde fica o Casarão no centro da cidade, e o garimpeiro é Mendes de Almeida Albuquerque.
- d) O local é o onde está o SESC de Caldas Novas, e o garimpeiro é Fernando Delgado Castilho.



7)



Porto do Limoeiro onde aparece a Barca que cruzava o Rio Corumbá que ligou Corumbaíba e Caldas Novas.

Fonte: Campos, C. Caldas Novas 100 anos-As histórias nunca contadas pela história. 2012. P.33.

Após sua emancipação política Caldas Novas se torna um município autônomo. Qual são os municípios limítrofes de Caldas Novas? Assinale a alternativa correta.

- a) Morrinhos, Marzagão, Piracanjuba, Corumbaíba, Rio Quente, Ipameri, Santa Cruz de Goiás e Pires do Rio
- b) Morrinhos, Campo Alegre, Piracanjuba, Corumbaíba, Rio Quente, Ipameri, Anhanguera e Pires do Rio
- c) Morrinhos, Marzagão, Buriti Alegre, Corumbaíba, Rio Quente, Ipameri, Santa Cruz de Goiás e Pires do Rio, Urutaí.
- d) Morrinhos, Marzagão, Piracanjuba, Corumbaíba, Rio Quente, Ipameri, Santa Cruz de Goiás e Cristianópolis, Nova Aurora.

8)

“No topo da serra surge um planalto habitado por alguns poucos animais, principalmente pássaros. A paisagem é composta por uma vegetação que tenta

sobreviver aos invasores e aos incêndios ocorridos nos prolongados períodos de seca que torturam a região. Ao pé da serra brotam águas termais, de um dos lados, e insurgências chegam a formar um ribeirão de águas quentes, as Caldas Velhas, onde se encontra atualmente um grande complexo turístico, o Rio Quente Resort. Outras insurgências, descobertas posteriormente, encontram-se em Caldas Novas, no lado oposto à cidade de Rio Quente, tendo a serra como divisa. Existe uma considerável literatura tentando definir a origem das águas termais da Serra de Caldas, algumas, aliás, da área médica.”

BARBOSA, Y.M., PARANHOS, M. C - Turismo e os Mitos das Águas Termais da Serra de Caldas. In-Revista EVS-Revista de Ciências Ambientais e Saúde 41 (1), 119-129 -PUC-GO.

Segundo estudos científicos, qual é a origem das águas quentes de Caldas Novas? Assinale a opção que melhor explica esse fenômeno natural.

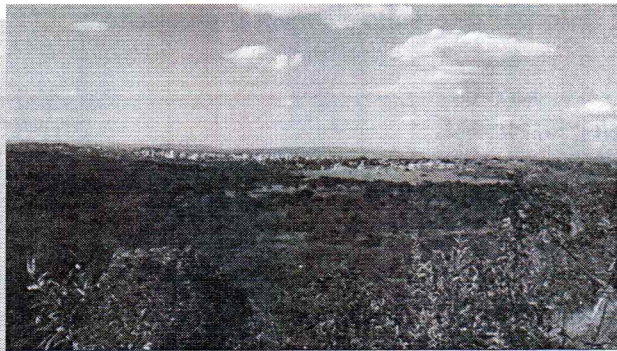
- a) A existência de comprovações geológicas de que a Serra de Caldas foi outrora um extinto vulcão, não deixam dúvidas porque em estudos à partir de satélites pode-se perceber a forma do vulcão já extinto no topo da Serra.
- b) Estudos geológicos trazem uma explicação científica para a origem das águas quentes. Asseguram que as águas termais de Caldas Novas e o ribeirão de águas quentes, na cidade de Rio Quente, têm origem na formação de um lençol de grandes profundidades, onde as águas provenientes das chuvas percolam rochas que mantêm o grau geotérmico.
- c) Desde muitos anos já se sabe que o que explica a origem das águas quentes e termais de Caldas Novas e o ribeirão de águas quentes, na cidade de Rio Quente, a origem



é vulcânica e exotérmica, e está presente e integra a literatura científica e já faz parte da cultura e história da região.

- d) A região de Caldas, é situada no seio da fossa tectônica do Paranaíba, e foi palco de intensos abalos sísmicos, com levantamento de um majestoso edifício vulcânico explodindo em bombas, cinzas e matérias ácidas. Cessada sua atividade, desvestidas as fraudas dos sedimentos vulcânicos pela ação erodente dos tempos, restou apenas o escapamento de gases e água fervente, enquanto se desmantelava o altíssimo cone e a velha cratera era ocupada pelo arenito soprado pelos ventos ardentes do mesozóico.

9)



Fonte: https://www.tripadvisor.com.br/LocationPhotoDirectLink-g1012170-d2349364-i198440195-Parque_Estadual_Serra_de_Caldas-Caldas_Novas_State_of_Goias.html

"Sobre a topografia horizontalizada da superfície de cimeira da Serra de Caldas e da zona periférica circunjacente, percebe-se um nítido domínio de um cobertura vegetal do tipo xeromórfica, típica da região."

Neto, A T e outros. Complexo Termal de Caldas Novas. Ed. UFG.Série Documentos Goianos.Nr. 7. Coordenação Salles, G.V.F.1986.p.30-33

Sobre essa vegetação que cobre a região podemos afirmar, exceto, que:

- a) É uma vegetação é essencialmente herbácea se desenvolve associada a um plano mais inferiorizado representado pelas gramináceas, como o capim barba de bode, canela de ema e o mentrasto, são exemplos encontrados na área.
- b) A vegetação herbácea-arbustiva pela própria fisionomia, resiste sem grandes dificuldades ao período "agressivo", como exemplos podemos citar a lixeira, o pau santo, o murici e a faveira.
- c) A vegetação é a representação de um tipo mata-rala com características da Mata Atlântica pois além de arbustiva e herbácea, possui árvores de grande porte como o Jatobá-grande,o jequitibá e o ipê.
- d) A vegetação semidecídua, apesar de manter o domínio sobre as superfícies inclinadas da Serra de Caldas representa um pequeno adensamento populacional, o que pode ser responsabilizado pela ação antrópica.

10)

Leia o texto e responda a questão.

Oito novos municípios integram o Mapa do Turismo de Goiás

"Goiás passa a ter 79 municípios no Mapa do Turismo Brasileiro O Ministério do Turismo divulgou, nesta segunda-feira, dia 26, no Diário Oficial da União, o novo Mapa do Turismo Brasileiro 2019-2021. Ao todo, 2.694 cidades de 333 regiões turísticas do país foram incluídas na atualização da plataforma. Em Goiás, agora são 79 municípios no Mapa do Turismo. O Estado continua com 10 Regiões Turísticas: Vale do Araguaia, Ouro e Cristais, Chapada dos Veadeiros, Negócios e Tradições, Pegadas no Cerrado, Estrada de Ferro, Lagos do



Paranaíba, Águas e Cavernas do Cerrado, Vale da Serra da Mesa e Águas Quentes.”

<http://www.goias.gov.br/noticias/39-turismo/66467-oito-novos-munic%C3%ADpios-integram-o-mapa-do-turismo-de-go%C3%AAs.html>.

Publicado: 27/08/19 - 11:04

As cidades seguintes fazem parte do Mapa do Turismo de Goiás, exceto:

- a) Jataí-Go
- b) Formosa-Go
- c) Caçulândia-Go
- d) Aruanã-Go

LEGISLAÇÃO E CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questões de Direito Constitucional

- 11)** Segundo o Decreto-Lei nº201/1967, são crimes de responsabilidade dos Prefeitos Municipal, sujeitos ao julgamento do Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da Câmara dos Vereadores:
- a) descumprir o orçamento aprovado para o exercício financeiro.
 - b) omitir-se ou negligenciar na defesa de bens, rendas, direitos ou interesses do Município sujeito à administração da Prefeitura.
 - c) proceder de modo incompatível com a dignidade e o decoro do cargo.
 - d) desviar ou aplicar indevidamente, rendas ou verbas públicas.

- 12)** É competência comum da União, dos Estados do Distrito Federal e dos Municípios:

- a) legislar sobre assuntos de interesse local.
- b) elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e desenvolvimento econômico e social.
- c) exercer a classificação, para efeito indicativo, de diversões públicas e de programas de rádio e televisão.
- d) preservar as florestas, a fauna e a flora.

- 13)** Em relação às competências exclusivas do Congresso Nacional, analise os itens abaixo.

- I. Autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processos contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.
- II. Aprovar o estado de sítio e a intervenção federal.
- III. Elaborar seu regimento interno.
- IV. Autorizar referendo e convocar plebiscito.

- a) I e II, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) II, III e IV apenas.
- d) II e IV apenas.

- 14)** Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) não se admite a intervenção de terceiros na Ação Direta de Inconstitucionalidade, salvo a hipótese do §2º do art. 7º, da lei 9868/99.
- b) a declaração de inconstitucionalidade ou constitucionalidade, inclusive interpretação conforme a Constituição e a declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução de texto, têm eficácia contra todos em relação aos órgãos do Poder Judiciário e à Administração Pública federal, estadual e municipal.



- c) o STF, por decisão da maioria absoluta de seus membros, poderá deferir pedido de medida cautelar na Ação Declaratória de Constitucionalidade, consistente na determinação de que os juízes e os Tribunais suspendam o julgamento dos processos que envolvam a aplicação da lei ou ato normativo objeto da ação até seu julgamento definitivo.
- d) o relator para o qual foi distribuída a Ação Direta de Inconstitucionalidade pedirá informações aos órgãos ou autoridades das quais emanou a lei ou o ato normativo impugnado.

15) Segundo a Constituição Federal, é permitida a edição de medidas provisórias sobre matéria:

- a) relativa a direito penal, processual penal e processual civil.
- b) que vise a detenção ou sequestro de bens.
- c) relativa a partidos políticos e direito eleitoral.
- d) objeto de projeto de lei pendente de aprovação pelo Congresso Nacional.

Questões de Direito Administrativo

16) Por meio de qual poder a Administração Pública pode condicionar e restringir o uso e o gozo de bens, atividades e direitos individuais em benefício da coletividade ou do próprio Estado?

- a) normativo.
- b) vinculado.
- c) de polícia.
- d) disciplinar.

17) Segundo a lei de Improbidade Administrativa, constitui ato de improbidade administrativa importando enriquecimento

ilícito auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, mandato, função, emprego ou atividade nas entidades mencionadas no artigo 1º, a seguinte hipótese:

- a) deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo.
- b) facilitar ou concorrer por qualquer forma para a incorporação ao patrimônio particular, de pessoa física ou jurídica, de bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial as entidades públicas protegidas por esta Lei, sem observância legais ou regulamentares aplicáveis à espécie.
- c) aceitar emprego, comissão ou exercer atividade de consultoria ou assessoramento para pessoa física ou jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público, durante a atividade.
- d) permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado.

18) De acordo com a Lei de Licitações nº 8.666/93, a duração dos contratos administrativos, como regra, fica adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, isto é, tem prazo máximo de 48 (quarenta e oito) meses, como é o caso de contratação para:

- a) projetos cujos produtos estejam contemplados nas metas estabelecidas no Plano Plurianual.
- b) prestação de serviços a serem executados pelo contratado de forma contínua.
- c) aluguel de equipamentos e utilização de programas de informática.



- d) fornecimento de bens e serviços, que envolvam, cumulativamente, alta complexidade tecnológica e defesa nacional, na forma da lei.

19) Segundo a Constituição Federal, são princípios que regem a Administração Pública:

- a) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- b) legalidade, impessoalidade, probidade, motivação e continuidade.
- c) impessoalidade, moralidade, publicidade, probidade e eficiência.
- d) legalidade, moralidade, publicidade, eficiência e especialidade.

20) Com relação ao processo Administrativo, qual alternativa corresponde ao prazo para a Administração emitir decisão, reconsiderar decisão e para interposição de recurso.

- a) o prazo para a Administração emitir decisão é de 30 dias, podendo ser prorrogado por mais 30 dias. O prazo para reconsideração da decisão de 5 dias e para interposição de recurso é de 10 dias.
- b) o prazo para a Administração emitir decisão é de 30 dias, podendo ser prorrogado por mais 30 dias. O prazo para reconsideração da decisão de 10 dias e para interposição de recurso é de 15 dias.
- c) o prazo para a Administração emitir decisão é de 30 dias, podendo ser prorrogado por mais 30 dias. O prazo para reconsideração da decisão de 5 dias e para interposição de recurso é de 15 dias.
- d) o prazo para a Administração emitir decisão é de 30 dias, podendo ser prorrogado por mais

30 dias. O prazo para reconsideração da decisão de 15 dias e para interposição de recurso é de 10 dias.

Questões de Direito Civil

21) Em relação à prescrição e decadência prevista no Código Civil, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Prescreve, em 03 (três) anos, a pretensão de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento particular.
- b) A interrupção da prescrição somente poderá ocorrer, uma vez, pela apresentação do título de crédito em juízo de inventário ou em concurso de credores, bem como por despacho do juiz, mesmo incompetente, que ordenar a citação, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual.
- c) Salvo disposição legal em contrário, se aplicam à decadência as normas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição
- d) os prazos de prescrição podem ser alterados pela vontade das partes.

22) Considere as assertivas a respeito da posse e assinale a alternativa correta:

- I. A alegação de propriedade ou outro direito sobre a coisa obsta à manutenção ou reintegração
- II. O sucessor universal continua de direito à posse do seu antecessor; e ao sucessor singular é proibido unir sua posse à do antecessor, para os efeitos legais.
- III. A presunção circunstancial da ignorância da posse indevida, pelo possuidor, o habilita à manutenção do estado de boa fé.
- IV. Ao possuidor de má-fé serão ressarcidas somente as benfeitorias necessárias.



Está correto o que consta APENAS em

- a) I, IV
- b) II, III e IV
- c) I, II, III e IV
- d) III e IV

Questões de Direito Processual Civil

23) Considerando o Código de Processo Civil de 2015, assinale a alternativa CORRETA.

- a) a desistência do recurso impede a análise de questão cuja repercussão geral já tenha sido reconhecida e daquela, objeto de julgamento de recursos extraordinários ou especiais repetitivos.
- b) é cabível o incidente de resolução de demandas repetitivas quando os tribunais superiores, no âmbito de sua respectiva competência, já tiver afetado recurso para definição de tese sobre questão de direito material ou processual repetitiva.
- c) a decisão judicial que deixar de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte, não será considerada nula, mesmo se não demonstrar a distinção do caso.
- d) O Código busca a segurança jurídica e a isonomia, reforçando o sistema de precedentes (*stare decisis*) e estabelecendo como regra, no plano vertical, a observância dos precedentes e da jurisprudência e, no plano horizontal, a estabilidade, a integridade e a coerência da jurisprudência.

24) O Código de Processo Civil admite a intervenção de terceiros no processo de conhecimento, com relação a este assunto assinale a alternativa correta.

- a) não é admissível o chamamento ao processo dos demais fiadores, na ação proposta contra um deles.
- b) o *amicus curiae* poderá recorrer da decisão que julgar incidente de resolução de demandas repetitivas.
- c) a assistência simples obsta a que a parte principal reconheça a procedência do pedido, desista da ação, renuncie ao direito sobre o que se funda a ação ou transija sobre direitos controvertidos.
- d) o incidente de desconconsideração da personalidade jurídica não se aplica ao processo de competência dos juizados especiais cíveis.

25) Com relação à estabilização da tutela antecipada, assinale a alternativa correta.

- a) a decisão submetida à estabilização faz coisa julgada.
- b) o autor deverá indicar, na petição inicial, que pretende valer-se do benefício da estabilização da tutela antecipada, a fim de que ela possa vir a ocorrer no processo.
- c) a tutela antecipada torna-se estável se, da decisão que a conceder, não for interposta contestação.
- d) o direito de rever, reformar ou invalidar a tutela antecipada estabilizada, extingue-se após 01 (um) ano, contados da ciência da decisão que extinguiu o processo.

26) A respeito do litisconsórcio, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O juiz poderá limitar o litisconsórcio facultativo quanto ao número de litigantes na fase de conhecimento, mas não na liquidação de sentença.
- b) Quando o litígio versar sobre obrigação solidária, a intimação de um dos



litisconsortes acerca dos atos do processo dispensa a intimação dos demais.

- c) O requerimento de limitação do número de litisconsortes facultativos interrompe o prazo para manifestação ou resposta, que recomeçará da intimação da decisão que o solucionar.
- d) Se a eficácia da sentença depender da citação de todos que devam ser litisconsortes, haverá litisconsórcio unitário.

27) Segundo disposto no Código de Processo Civil com relação ao tema recursos assinale a alternativa INCORRETA.

- a) quando o resultado da apelação for não unânime, o julgamento terá prosseguimento em sessão a ser designada com a presença de outros julgadores, que serão convocados nos termos previamente definidos no regimento interno, em número suficiente para garantir a possibilidade de inversão do resultado inicial, assegurado às partes e a eventuais terceiros o direito de sustentar oralmente suas razões perante os novos julgadores.
- b) o recurso interposto por um dos litisconsortes a todos aproveita, salvo se distintos ou opostos os seus interesses. Havendo solidariedade passiva, o recurso interposto por um devedor aproveitará aos outros ainda que as defesas sejam contrárias.
- c) as questões resolvidas na fase de conhecimento, se a decisão a seu respeito não comportar agravo de instrumento, não são cobertas pela preclusão e devem ser suscitadas em preliminar de apelação, eventualmente interposta contra a decisão final, ou nas contrarrazões.
- d) o recorrente poderá, a qualquer tempo, sem a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso.

Questão de Direito Penal

28) Segundo o Código Penal, exigir, para si ou para outrem, direito ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, configura o crime de:

- a) prevaricação.
- b) corrupção ativa.
- c) concussão.
- d) corrupção passiva.

29) O Decreto-Lei 201/67, decreta que a Câmara poderá cassar o mandato de Vereados, quando:

- a) deixar de tomar posse, sem motivo justo aceito pela Câmara, dentro do prazo estabelecido em lei.
- b) fixar residência fora do Município.
- c) quando houver condenação por crime funcional ou eleitoral.
- d) deixar de comparecer a cinco sessões extraordinárias convocadas pelo prefeito, por escrito e mediante recibo de recebimento, para apreciação de matéria urgente, assegurada ampla defesa, em ambos os casos.

30) Considere a seguinte situação hipotética: João, funcionário público, patrocinou, indiretamente, o interesse de um particular perante a Administração Pública. João praticou:

- a) crime de prevaricação.
- b) crime de peculato.
- c) crime de concussão.
- d) crime de advocacia administrativa.

Questões de Direito Tributário



31) De acordo com o Código Tributário Nacional, excluem o crédito tributário:

- a) a transação e a compensação.
- b) a isenção e a anistia.
- c) a remissão e a anistia.
- d) a imunidade e a transação.

32) O IPTU (Imposto sobre propriedade predial e territorial) de competência dos Municípios caracteriza-se por:

- a) ter como contribuinte o proprietário do imóvel, o titular do seu domínio útil ou o seu possuidor a qualquer título.
- b) ter suas alíquotas definidas fora do critério da progressividade por se revestir de natureza fiscal.
- c) ser aplicável à reserva legal em se tratando de mera atualização monetária da base de cálculo.
- d) ter sua incidência condicionada à destinação do imóvel, uma vez que leva em consideração o critério econômico.

33) De acordo com a Constituição Federal, são tributos de competência municipal:

- a) imposto sobre transmissão de bens causa mortis e doação (ITCMD) e imposto sobre operações de circulação de mercadoria e prestação de serviços (ICMS).
- b) imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISSQN) e imposto sobre propriedade predial e territorial urbana (IPTU).
- c) imposto sobre propriedade predial e territorial urbana (IPTU) e imposto sobre

transmissão de bens causa mortis e doação (ITCMD).

- d) imposto sobre operações com produtos industrializados (IPI) e imposto sobre operações financeiras (IOF).

Questões de Direito Urbanístico

34) A Constituição Federal instituiu uma espécie de usucapião móvel urbana, no tocante a esse instituto é CORRETO afirmar que:

- a) aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, mesmo que seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.
- b) o título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, desde que comprovado o estado civil de casados
- c) o direito à usucapião para fins de moradia não será reconhecido ao mesmo possuidor mais de uma vez.
- d) os imóveis públicos podem ser adquiridos por usucapião.

35) De acordo com Constituição Federal, a respeito ao direito de propriedade e desapropriação é CORRETO afirmar que a desapropriação:

- a) por utilidade pública somente pode ser implementada mediante justa e prévia indenização em dinheiro.
- b) somente poderá se dar no caso de propriedade rural que desatenda sua função social.



- c) por interesse social dispensa o requisito da prévia indenização, porque se presta a fazer cumprir a função social da propriedade.
- d) de imóvel urbano onde resida o proprietário é inconstitucional, em razão da inviolabilidade do domicílio.

36) O Estatuto da Cidade, lei nº 10.257/01, regulamenta a política urbana prevista na Constituição Federal. Sobre a função social da cidade e da propriedade urbana, é correto afirmar que:

- a) lei municipal específica poderá determinar o parcelamento, a edificação ou a utilização compulsórios apenas do solo urbano não edificado.
- b) o imóvel subutilizado é aquele cujo aproveitamento seja inferior ao mínimo definido no plano diretor ou em legislação dele decorrente.
- c) através de Lei federal é identificada a parcela da área urbana onde os imóveis não edificados, subutilizados ou não utilizados poderão ser objeto de parcelamento e edificação compulsórios.
- d) no território nacional, é instituído o direito de propriedade sem qualquer obrigação com relação à função social da propriedade.

Questões de Legislação Municipal:

37) De acordo com a Lei Orgânica do Município de Caldas Novas, a respeito do processo legislativo, analise os itens abaixo.

I. As leis complementares somente serão aprovadas se obtiverem maioria absoluta dos votos dos membros da Câmara Municipal, observados os demais termos de votação das leis ordinárias.

- II. As leis delegadas serão elaboradas pelo Prefeito que deverá solicitar a delegação à Câmara Municipal.
- III. A Lei Orgânica Municipal poderá ser emendada mediante proposta de um terço, no máximo, dos membros da Câmara Municipal.
- IV. A Lei Orgânica poderá ser emendada na vigência de estado de sítio ou de intervenção no Município.

Assinale a alternativa INCORRETA.

- a) I e IV estão incorretos.
- b) III e IV estão incorretos.
- c) I, III e IV estão incorretos.
- d) III está incorreto.

38) De acordo com o regimento interno da Câmara Municipal de Caldas novas, é vedado ao Vereador:

- a) participar de todas as discussões e deliberações do Plenário.
- b) discutir matéria em debate.
- c) participar de Comissões Temporárias.
- d) exercer outro cargo eletivo Federal, Estadual ou Municipal.

39) Segundo a Lei Orgânica do Município de Caldas Novas, o Vereador poderá licenciar-se:

- a) para tratar, sem remuneração, de interesse particular.
- b) Para interesse particular, com período máximo de 30 dias.
- c) Para interesse particular e reassumir o exercício do mandato antes do término da licença.
- d) para tratar, com remuneração, de interesse particular.

40) O regimento interno da Câmara Municipal de Caldas novas, em seu art. 254 afirma que a extinção do mandato verificar-se-á quando:

- a) para desempenhar missões temporárias de caráter cultural ou de interesse do Município.
- b) ocorrer perda do mandato por infração político-administrativa
- c) participar de todas as discussões e deliberações do Plenário.
- d) falta de Decoro Parlamentar.

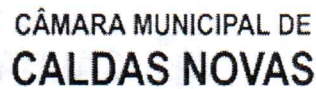
**PROVA PRÁTICA DE CONHECIMENTOS
ESPECÍFICOS**

Elaborar uma PEÇA TÉCNICA, de no mínimo 50 (cinquenta) linhas e no máximo 90 (noventa) linhas a partir do tema abaixo

Analise a seguinte situação hipotética:

Vereador da Câmara Municipal de Caldas Novas propõe projeto de lei que proíbe a comercialização, por qualquer meio, de caninos, felinos, roedores e lagomorfos no Município de Caldas Novas. Segundo o parágrafo único do art. 1º do projeto de lei, entende-se por animais caninos, felinos, roedores e lagomorfos: cães, gatos, hamsters, topolinos, gerbils, twisters, chinchilas, porquinhos da índia, coelhos, lebres e ootonídeos. O projeto é aprovado e sancionado, tornando-se a Lei nº 2926/2019. A Associação de Criadores e Reprodutores de Animas de Caldas interpõe a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2580/2019 perante o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, com pedido liminar, alegando que a Lei nº 2926/2019 infringiu preceito da Constituição Federal de 1988, pois segundo seu art. 5º, XIII, é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer. O pedido de liminar foi denegado e remetido de ofício pelo Tribunal de Justiça à Câmara Municipal, contendo cópia integral dos autos. O ofício é encaminhado pela Presidência da Casa à Procuradoria da Câmara Municipal. Na qualidade de Procurador Jurídico, apresente a peça processual cabível na defesa dos interesses do Poder Legislativo Municipal.

Informação: A Associação de Criadores e Reprodutores de Animas de Caldas Novas é, segundo previsto em seu estatuto, uma entidade sem fins econômicos, que tem por objeto a representação dos criadores e reprodutores de animais no Município de Caldas Novas. Poderão ser seus filiados todos aqueles que possuem comércio varejista de



Portanto, o Município possui competência para legislar sobre a matéria, pois segundo o Art. 30, II da CF/88 compete ao Município complementar a legislação federal e a estadual no que couber.

PROVA PRÁTICA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

This image shows a single page of white paper with horizontal blue or grey ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page, providing a guide for handwriting practice. There are no margins, text, or other markings on the page.